



XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória
Comunicação Oral

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA EM FONTES DE INFORMAÇÃO¹

THE CONSTRUCTION OF INDIGENOUS IDENTITY IN INFORMATION SOURCES

Eliane Bezerra Paiva, UFPB
paivaeb@gmail.com

Resumo: A Ciência da Informação, sendo uma ciência social e interdisciplinar, interage com vários campos do conhecimento, inclusive com a Linguística, o que possibilita a emergência de estudos que focalizam a linguagem como meio de produção e expressão das construções simbólicas e culturais. Assim, realizou-se uma pesquisa que tem o objetivo de investigar a construção da identidade indígena a partir fontes de informação (documentos), que se constituem lugares de memória. A pesquisa visa responder ao questionamento de como tem sido construída a memória e a identidade dos povos indígenas em fontes de informação. Ancorada nos Estudos Culturais e no dialogismo bakhtiniano, a pesquisa focaliza as fontes de informação como artefatos artificiais criados com a intenção de informar. Trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica com abordagem qualitativa. Os resultados alcançados na pesquisa apontam que a construção da identidade indígena nas fontes de informação analisadas reflete as relações de poder entre indígenas e não-indígenas, colonizados e colonizadores. Conclui-se que as fontes de informação, além de sua dimensão material, possuem uma dimensão histórica, o que favorece a produção de sentidos através da linguagem e dos discursos e a construção da identidade e da memória indígenas.

Palavras-chave: Fontes de Informação. Memória. Identidade Indígena. Povos Indígenas. Dialogismo.

Abstract: Information Science, as an interdisciplinary and social science, interacts with many fields of knowledge, including Linguistics, what enables the emergency of studies that focuses on language as a mean of production and expression of the cultural and symbolic constructions. Thus, it was developed a research whose aim is to investigate the construction of indigenous identity from information sources (documents), which are constituted as memory places. The research is intended to answer a questioning about how is being built the memory and the identity of indigenous people in information sources. It is based on Cultural Studies and in Bakhtinian dialogism and it focalizes the information sources as artificial artifacts that are built in the intention of informing. Also, it is a descriptive and bibliographic research with qualitative approach. The results of the research appoint that the construction of indigenous identity in the analyzed information sources reflects the power relations

¹ O conteúdo textual deste artigo, os nomes e e-mails foram extraídos dos metadados informados e são de total responsabilidade dos autores do trabalho.

between indigenous and non-indigenous people, who are the colonized people and colonizer ones. It is concluded that information sources, in addition to their material dimension, have a historic dimension, what favors the production of meanings by means of language and of discourses, and the construction of indigenous memory and identity.

Keywords: Information Sources. Memory. Indigenous Identity. Indigenous People. Dialogism.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas, fazendo parte de determinados grupos sociais onde se origina um sentimento de pertencimento com o tempo e o lugar, adquirem significados coletivos. Em meio a uma verdadeira teia simbólica, os seres humanos elaboram seus registros, suas memórias que se tornam fontes de legitimação da representação do mundo e dos seres. Entende-se que a construção desse universo simbólico realiza-se através de práticas discursivas socialmente construídas através da linguagem.

A Ciência da Informação, sendo uma ciência social e interdisciplinar, interage com vários campos do conhecimento, como Linguística, Matemática, Psicologia, Sociologia, etc.(LE COADIC, 2004).

No que se refere à aproximação da Ciência da Informação com a Linguística, é notório, nos últimos tempos, o interesse dessa ciência pelos estudos da língua e da(s) linguagem(ns) como aponta Orrico (2012), ao pesquisar a produção científica no Journal of the American Society for Information Science and Technology - JASIST no período de 2004 a 2008. No cenário nacional essa tendência também se reflete na emergência de obras que abordam a linguagem aplicada ao campo da Ciência da Informação como as de Boccato e Gracioso (2011) e Melo e Bräscher (2011).

Essa nova configuração da Ciência da Informação possibilita o surgimento de estudos que focalizam a linguagem como meio de produção e expressão das construções simbólicas e culturais. Assim, ressalta-se a importância de compreender como se constrói a identidade indígena em fontes de informação.

Os povos indígenas, ao longo de mais de 500 anos de colonização, padeceram de repressão física e cultural e foram forçados a reprimir e negar suas culturas e identidades para poderem sobreviver na sociedade colonial que lhes negava os seus direitos.

Exterminados fisicamente ou extintos por força do processo de integração e assimilação à sociedade nacional, os povos indígenas do Brasil foram drasticamente reduzidos: de mais de 1500 povos, falando mais de 1000 línguas indígenas, quando da

chegada do Pedro Álvares Cabral ao país, em 1500, na atualidade são pouco mais de 240 povos que falam, aproximadamente, 180 línguas (LUCIANO, 2006)

Entretanto, a partir da década de 1970, "os povos indígenas do Brasil iniciaram um período de recuperação demográfica e de autoestima identitária" (LUCIANO, 2006, p. 107). Essa reviravolta histórica ocorreu em virtude de ganhos sociais na esfera internacional e nacional como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - (OIT), ratificada pelo Brasil em 2003, que lhes assegurou o direitos dos indígenas serem reconhecidos como povos, e a Constituição Federal de 1988, que garante a inclusão dos seus direitos coletivos. (LUCIANO, 2006, p. 95).

Os seres humanos constroem sentidos nas práticas informacionais, entendidas como "ações de recepção, geração e transferência de informação que se desenvolvem em circuitos comunicacionais que ocorrem nas formações sociais." (ARAÚJO, 2001, p.32). Considerando que essas práticas são intermediadas pela construção da linguagem, volve-se o olhar para a interface que se estabelece entre a Linguística e a Ciência da Informação. Assim, realizou-se uma pesquisa de doutorado tendo como premissas básicas as seguintes: a representação do mundo realiza-se através de discursos construídos socialmente; e o diálogo é condição da linguagem e do discurso.

A questão que norteou a pesquisa assim se configura: Como os discursos construídos sobre os povos indígenas contribuem para a representação da identidade indígena em fontes de informação?

A presente comunicação, resultante de levantamento bibliográfico que integrou a referida pesquisa, aborda o percurso histórico de construção da identidade indígena em fontes de informação, buscando evidenciar como a identidade se constrói na linguagem, a partir da teoria dialógica de Bakhtin (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2009).

O termo fonte de informação é amplo e remete a uma grande diversidade de recursos informacionais, tais como: manuscritos, publicações impressas, publicações eletrônicas, etc. Compartilha-se do pensamento de Ferreira e Costa quando conceituam fontes de informação como, "lugar, instituição, pessoa ou documento de onde se obtêm informações de qualquer natureza" (FERREIRA; COSTA, 2011, p. 53). No contexto da pesquisa volve-se a atenção para documentos (fontes de informação) de onde se obtêm informações sobre os povos indígenas.

O estudo da construção da identidade indígena em fontes de informação constitui-se de grande importância para a Ciência da Informação uma vez que oportuniza verificar como se faz a construção da identidade indígena nessas obras e identificar fontes de informação

que tratam dos povos indígenas. Além disso, o estudo contribui para ampliar a visibilidade dos indígenas, um segmento marginalizado na sociedade brasileira.

Entende-se que a Ciência da Informação, como uma ciência social que tem como objeto de estudo a informação, não poderia ficar alheia aos interesses de grupos menos favorecidos da sociedade, como os indígenas tendo em vista a responsabilidade social dessa ciência (GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012),

Refletir sobre fontes de informação, olhando a dimensão simbólica e a força do poder simbólico dessas fontes na construção da identidade indígena tem importância significativa na medida que envolve a memória e a informação.

2 SOBRE MEMÓRIA, INFORMAÇÃO E IDENTIDADES

Inicialmente, a memória dos grupos abrigou-se nas narrativas orais, contando com a inteligência dos homens-memória, que transmitiam aos demais membros da comunidade as suas experiências, os eventos passados e presentes.

Maurice Halbwachs foi quem primeiro concebeu a memória como um fenômeno coletivo e social, ou seja, construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Entretanto ele reconhecia a memória individual ao relatar que[...] “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento de um estado de consciência puramente individual que chamamos *intuição sensível* – para distingui-lo das percepções em que entram alguns elementos do pensamento social” (HALBWACHS, 2009, p. 42. Grifos do autor).

Nas sociedades tradicionais, a memória se incorpora ao cotidiano através da tradição e dos costumes. Na modernidade, com o advento da escrita e das inovações tecnológicas que possibilitaram a invenção da imprensa e sua posterior popularização há lugares socialmente instituídos para produção e reprodução da memória. Esses lugares, que Pierre Nora (1993) denominou de “lugares de memória”, são “uma estratégia inventada pelas sociedades contemporâneas, para o problema da perda de identidade dos grupos sociais e da ausência de rituais mnemônicos” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009, p. 223).

Assim, surgem as bibliotecas, arquivos, museus, documentos, etc. lugares instituídos para abrigarem os registros do conhecimento produzido, preservá-lo e, em tese, possibilitar a sua recuperação. Porém, em muitos desses lugares imperava a lógica custodialista que priorizava a preservação e conservação dos documentos em detrimento do acesso à informação, que se torna privilégio de poucos. Felizmente, na atualidade, percebe-se uma mudança dessa lógica para uma nova proposta que prioriza o acesso à informação.

A informação é um fenômeno social, construído pela interação dos sujeitos nas práticas sociais. A informação é o conhecimento em ação, ou seja, informar é contextualizar o conhecimento. Concebe-se informação na perspectiva de Capurro (2003), cuja proposta busca estabelecer diálogo com as ciências hermenêuticas, "[...] para quem o entendimento do que a informação é passa, necessariamente, pelas interpretações dadas pelas pessoas que se relacionam com ela"(ARAÚJO, 2009, p. 201).

Nesse estudo busca-se compreender como os documentos (fontes de informação), que se constituem lugares de memória, constroem a identidade indígena. Entende-se o documento "Como instrumento e extensão da mente e da linguagem humanas, [que] permite mediar o conhecimento adquirido, superar as fragilidades da memória e transferir conhecimento através do espaço e do tempo" (MARCONDES, 2010, p. 18).

A linguagem constitui um mecanismo de cooperação e articulação social que garante à espécie humana um diferencial evolutivo decisivo, desempenhando papel preponderante no desenvolvimento da cultura e na configuração das sociedades humanas. E "este papel da linguagem é mantido e ampliado através da invenção do documento"(MARCONDES, 2010, p. 18).

Os documentos têm como característica a intencionalidade e são artefatos artificiais criados com a intenção de informar. A chave para compreender os processos informativos são os signos. Entretanto, um documento não é apenas um "portador de informações" cujo conteúdo está a mercê da interpretação de um usuário.(MARCONDES, 2010). O autor alerta para a necessidade de se considerar os contextos sociais de produção e uso de documentos para que se possa entender o significado dos seus conteúdos.

Nessa direção, ressalta-se que os documentos são gerados por instituições (engajamento institucional) que os legitimam. Ao mesmo tempo, os documentos têm o poder de produzir efeitos sociais (FREITAS, 2012). Assim, os documentos significam a partir a sua geração, das instituições às quais estão vinculados e da sua autoria. Os contextos social e político interferem na significação e legitimidade dos documentos.

Assim, recorre-se à teoria dialógica de Bakhtin (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2009) para estudar a construção da identidade indígena em fontes de informação, considerando que a sua teoria "busca compreender as formas de produção de sentido e sustenta que a linguagem é de natureza social, portanto ideológica e que toda palavra é produto da interação do locutor e do ouvinte" (PAIVA, 2013, p. 46). Além disso, a teoria dialógica estabelece diálogo com as ciências hermenêuticas.

Entende-se a memória como um fenômeno construído social e individualmente, de forma consciente e inconsciente. A memória é recriação do tempo passado; é refazer as experiências do passado e trazê-las para o presente. Assim, a memória não é sonho, é trabalho. A lembrança é uma imagem trazida do passado, mas que vem à tona em razão de juízos de realidade e de valor do tempo presente (BOSI, 2009).

A memória legitima o imaginário, constrói sentidos e identidades, como atesta Lucas (1998, p. 96): "A memória funciona como espaço de legitimação, espaço este que atualiza e reorganiza o imaginário, tendo a linguagem como constitutiva de sentidos e identidades".

De acordo com Pollak (1992), há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade. A memória é [...] "um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si" (POLLAK, 1992, p. 204).

Os Estudos Culturais, ao conceberem que as narrativas produzem os sujeitos e o mundo em que vivem, trazem uma grande contribuição às pesquisas sobre identidade, destacando-se, principalmente, os estudos de Hall (2003; 2006; 2011; 2012).

Conforme esse autor, os Estudos Culturais são um campo de estudo que "conceitua a cultura como algo que se entrelaça a todas as práticas sociais; e essas, por sua vez, como uma forma comum de atividade humana; como práxis sensual humana, como a atividade através da qual homens e mulheres fazem a história" (HALL, 2011, p. 133).

As produções latino-americanas dos Estudos Culturais abordam temáticas como etnia, cultura popular, políticas de identidade, dentre outras e suas pesquisas utilizam-se da etnografia, da análise textual e do discurso, etc. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003).

Conforme Hall (2006), as mudanças ocorridas nas sociedades modernas, no final do século XX, contribuíram para fragmentar as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade e mudar as identidades pessoais. Se anteriormente, existia a ideia de sujeitos integrados, na atualidade, há um deslocamento ou descentração do sujeito.

A partir da modernidade tardia, quando o sujeito é pensado como fragmentado e dotado de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas, é possível entender a identidade não como algo fixo, imutável, mas como aquilo que é construído na diferença ou por meio dela. A identidade não é algo hermético, é uma convenção socialmente

construída, que se insere no circuito da cultura e tem a ver com a representação (HALL, 2006).

O autor anteriormente citado também nos ensina que a construção das identidades é fruto das interações contínuas das pessoas com os outros e pelo modo como elas se posicionam em relação aos outros. Além disso, as identidades sociais são complexas e têm natureza fragmentada. Numa mesma pessoa, coexistem identidades de gênero, raça, classe social, sexo, etc. Esses diferentes aspectos das identidades vêm à tona em diferentes práticas discursivas, o que explica que as identidades sociais não são fixas e estão sempre em processo.

De acordo com Hall (2003) as identidades parecem invocar uma origem, em um passado histórico com o qual elas detêm determinada correspondência. Mas, têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção daquilo que a pessoa se torna.

Hall (2012) alerta que, para compreender o conceito de identidade, é necessário examinar como ela se insere no circuito da cultura e como a identidade e a diferença têm a ver com a representação. Para tal entendimento corroboram suas palavras:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos. Têm a ver não tanto com as questões “quem somos nós” ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar, como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (HALL 2012, p. 108-109. Grifos do autor).

Assim, para existir, a identidade depende de outra identidade que não é ela, que difere da sua, mas fornece as condições para que ela exista. A identidade é marcada pela diferença, que sustenta a exclusão. Nas relações sociais, estabelecem-se formas de diferença (a simbólica e a social) por meio de sistemas classificatórios, que aplicam um princípio de diferença à determinada população, possibilitando uma divisão, como por exemplo: indígenas e não indígenas.

Conforme a teoria bakhtiniana, o sujeito vai se constituindo discursivamente à medida que interage com as vozes sociais que compõem sua comunidade semiótica. “A criança começa a ver-se pela primeira vez como que pelos olhos da mãe e começa a falar de si mesma nos tons volitivo-emocionais dela [...]” (BAKHTIN, 2010, p. 46).

A partir das relações de poder existentes nas sociedades, que definem quem é incluído e quem é excluído, os sujeitos sociais se envolvem em embates e constroem práticas que produzem significados. Numa constante tensão e luta com as palavras dos outros os sujeitos vão construindo suas identidades. E nessa luta com as palavras, as fontes de informação, enquanto documentos se constituem instrumentos de poder (FREITAS, 2012).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada pautou-se na Análise do Discurso em sua vertente russa, a teoria dialógica de Mikhail Bakhtin, também denominada dialogismo bakhtiniano.

A Análise do Discurso se configura como "um espaço de pleno direito dentro das Ciências Humanas e Sociais, um conjunto de abordagens que pretende elaborar os conceitos e os métodos fundados sobre as propriedades empíricas das atividades discursivas" (MENDONÇA, 2007, p. 152).

Surgida na França nos anos de 1960, em oposição à Análise de Conteúdo, a Análise do Discurso elegeu o discurso como objeto de estudo e se expandiu para outros países como Inglaterra, Estados Unidos e Rússia e, em cada um deles apresenta diferentes abordagens. Em todas essas abordagens há um aspecto comum: o contexto histórico-social é entendido como uma construção coletiva (MENDONÇA, 2007).

Para que se possa perceber essa construção é necessário observar o funcionamento linguístico-textual dos discursos e o contexto histórico-social de produção, como explica Mendonça (2007, p. 153).

Essa construção só é percebida mediante a observação do que está envolvendo o texto, não somente as instituições humanas, mas também outros textos que sejam produzidos em volta e que com ele se relacionam, compondo uma identidade compartilhada com o que está sendo analisado de fato e as circunstâncias que o envolvem naquele momento (MENDONÇA, 2007, p. 153).

Para analisar como se constrói a identidade indígena nas fontes de informação observou-se o funcionamento linguístico-textual dos discursos contidos nas fontes de informação, o contexto histórico-social de produção e os discursos construídos a partir de textos. Assim, tornou-se necessário identificar quem são os produtores dessas fontes, quais as condições sócio-históricas dos indígenas e as suas relações com os produtores das fontes e, além disso, verificar como as fontes analisadas relacionam-se com outras fontes de informação.

Como referido anteriormente, adotou-se a teoria dialógica de Bakhtin porque defende a ideia de "uma existência viva e historicamente concreta das linguagens" (BAKHTIN, 2010, p. 133). E, também, porque na concepção dialógica da língua, "os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que, dialogicamente, constroem-se e são construídos no texto, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores" (KOCH; ELIAS, 2006, p. 10-11).

Entende-se que essa teoria é a mais adequada para investigar a construção da identidade indígena nas fontes de informação tendo em vista considerar-se que a informação como práticas sociais intermediadas pela linguagem.

O *corpus* da pesquisa inclui documentos sobre os povos indígenas produzidos ao longo da história do país, desde a chegada dos europeus ao continente americano até a atualidade e que foram selecionados para a análise de forma a atender aos propósitos da pesquisa. Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre fontes de informação indígenas, em bibliotecas tradicionais e digitais e, após o levantamento das fontes, realizou-se a seleção. O *corpus* inclui fontes de informação de tipologia variada, incluindo cartas, crônicas, relatos, livros, leis, tratados, dentre outros.

4 FONTES DE INFORMAÇÃO TECENDO IDENTIDADES

Para analisar a construção da identidade indígena nas fontes de informação, considerou-se que a constituição do sujeito, em todas as instâncias (consciência, pensamentos, individualidade, responsabilidade) se dá através do outro, dos discursos e que o sujeito forma o seu "eu" a partir da visão do "outro" (BAKHTIN, 2010, p. 55).

Assim, concebe-se que identidade indígena se forma a partir do "outro", principalmente, do contato com os colonizadores e os demais "outros" com os quais os indígenas se defrontam ao longo da sua história, e tem início por meio do contato com os europeus que chegaram ao Brasil no século XVI.

Após a realização da pesquisa bibliográfica sobre os povos indígenas realizou-se a leitura das fontes de informação coletadas para conhecer o seu conteúdo e selecionar aquelas que pudessem atender aos objetivos da pesquisa. As fontes de informação selecionadas são apresentadas e analisadas a seguir, levando-se em conta o funcionamento dos discursos sobre os indígenas e as condições de produção das obras.

As primeiras fontes de informação que começam a construir uma imagem dos indígenas são os relatos e as crônicas de viajantes, dentre os quais destaca-se a Carta de Pero Vaz de Caminha (CAMINHA, 2000).

O discurso de Caminha na referida carta aponta os indígenas como seres estranhos. O estranhamento revela-se quando o autor faz a descrição física dos indígenas e revela traços que diferem dos europeus: aponta os indígenas como pardos, avermelhados, cabelos lisos. O discurso de Caminha também incide sobre os costumes diferentes dos indígenas: andam nus, usam adereços no corpo (brinco, cocar, colar, etc.), pintam o corpo, portam arco e flecha.

Nessas crônicas e relatos dos viajantes os indígenas são vistos sob uma visão eurocêntrica (FIORIN, 2000). Os indígenas são vistos como diferentes a partir do olhar do "outro", de alguém de uma cultura diferente, os europeus, daí o estranhamento.

Fiorin (2000) percebe que na narrativa das crônicas e relatos são empregadas duas operações linguísticas: a comparação e a negação. Nas comparações, estabelecem semelhanças entre a realidade desconhecida do novo mundo e a conhecida da Europa. Pela negação, mostram que faltam aos indígenas brasileiros determinadas qualidades que os fariam idênticos aos europeus. As negações incidem, principalmente, sobre a cultura indígena: crenças, costumes, modos de ser. Conforme o autor, os cronistas e viajantes “revelam total incompreensão do comportamento dos indígenas, [...] alguns chocam-se com a antropofagia, que não é vista em seu contexto simbólico”, outros parecem perceber o valor simbólico da antropofagia para os indígenas, mas “desqualificam esse simbolismo, como coisa não verdadeira” (FIORIN, 2000, p. 36).

O relato de viagem de Gaspar de Carvajal, considerado pelos historiadores como um clássico da literatura dos descobrimentos, aponta os indígenas como exóticos e “as formas heterogêneas de construção dos objetos do discurso, ainda que aparentemente contraditórias [...] não conseguem deixar de trazer julgamentos sempre depreciativos em relação ao inesperado, ao radicalmente diferente” (KOCH; BENTES; FIGUEIREDO, 2000, p. 86-87).

Os autores percebem instabilidades no relato de Carvajal e relatam que essas

decorrem de uma tensão existente entre o desejo do colonizador de dominar este discurso, de acreditar que possui palavras para dizê-lo, e a impossibilidade de realizar este projeto. O outro lhe escapa, resiste em ser dominado. Quando isto acontece, as sociedades indígenas são colocadas no lugar da ameaça, do dano para o civilizador, situação que possibilita a construção de justificativas para o seu extermínio (no domínio das relações sociais) e para o seu apagamento (no domínio das práticas discursivas) (KOCH; BENTES; FIGUEIREDO, 2000, p. 87).

A identidade resulta de uma produção simbólica e discursiva que se faz nas relações sociais e está sujeita a relações de poder. “O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder” (SILVA, 2012, p. 81).

Aqueles que detêm o poder podem demarcar as fronteiras e dividir o mundo entre “nós” e “eles”, ou seja, pode classificar quem são os “incluídos” e os “excluídos”.

Outra fonte de informação sobre os indígenas são as obras dos padres jesuítas, dentre as quais destacam-se duas: "Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta (1554-1594)" e "Diálogos sobre a conversão do gentio", de autoria de Padre Manuel da Nóbrega. Ao analisar o discurso jesuítico tendo como base essas duas obras Brandão (2000) percebe que o olhar de estranhamento dos jesuítas diante dos indígenas tinha a ver com a sua tradição cultural e o seu envolvimento político e o autor assim se expressa: “Conicionados por uma tradição cultural etnocêntrica, integrados numa política de expansão ultramarina, no seu trabalho catequético, faltou aos Jesuítas uma dimensão antropológica na sua maneira de ver o outro” (BRANDÃO, 2000, p. 116).

Segundo Hall (2012), os sujeitos são produzidos como um efeito do discurso e no interior do discurso. Assim, há mais de 500 anos, a imagem dos indígenas tem sido depreciada e começa a se estabilizar gerando estereótipos.

Os indígenas são sempre identificados por meio de estereótipos ligados aos seus corpos, que os produzem e os posicionam socialmente. Geralmente, nas imagens, eles aparecem portando um “estojo de identidade indígena” ou seja, usando adereços como arco, flecha e cocar (BONIN, 2007, p. 156).

Os estereótipos utilizados como estratégia discursiva, ao longo do tempo, vão marcando corpos e produzindo os sujeitos (BONIN, 2007). Ao longo do tempo, as fontes de informação foram criando estereótipos dos indígenas que perduram até os dias atuais.

Os livros didáticos são outras fontes de informação onde perduram estereótipos sobre os indígenas. Barros (2000), ao estudar como as imagens dos indígenas se constroem em livros de História, verificou que a maioria das obras analisadas na sua pesquisa mostra os povos indígenas como pré-históricos, não civilizados, preguiçosos. Ela percebe que apenas alguns poucos livros mais recentes “apresentam o índio como anti-sujeito duplamente espoliado pelos portugueses, pois perde terras e liberdade, e que lutou para não ser privado desses valores ou para recuperá-los” (BARROS, 2000, p. 152). A autora revela que os papéis históricos dos indígenas são apagados nos livros didáticos. O apagamento ou silenciamento foi outra estratégia discursiva utilizada pelos colonizadores para exterminar os povos indígenas.

A prática de aldeamento dos indígenas em grandes reduções, com o objetivo de catequizá-los, acabou por facilitar a transmissão de doenças e contribuiu para o extermínio de muitas populações indígenas. Assim concentrados, os indígenas se tornavam presas fáceis

para os bandeirantes em busca de escravos. Mesmo escapando da doença e da escravidão, a desorganização de sua cultura conduzia os indígenas à degradação material e moral. A destruição sistemática de seus costumes tradicionais e valores morais e religiosos levava à desestruturação de suas identidades individuais e coletivas.

Os estereótipos dos indígenas permanecem até os dias atuais e expõem os discursos de uma suposta superioridade dos colonizadores, que pretendiam submeter esses povos visando concretizar o seu projeto de expansão colonial. Para executar o projeto de conquista das terras brasileiras, os colonizadores não hesitaram em atribuir aos indígenas diferenças raciais que os rebaixavam e excluía. Eles os taxavam de selvagens e diziam que não tinham alma.

Os tratados científicos são outro tipo de fonte de informação onde os discursos da diferença biológica e cultural entram em jogo simultaneamente e agem para classificar os indígenas como seres inferiores, enquanto os europeus avançam no seu projeto colonial.

Conceitualmente, a categoria raça não é científica. “Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo” (HALL, 2012, p. 66). O autor percebe que, como prática discursiva, o racismo tem uma lógica própria que tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas (a cor da pele, o cabelo, por exemplo). Enquanto que “a etnicidade gera um discurso em que a diferença se funda sob características *culturais e religiosas*” (HALL, 2012, p. 67. Grifos do autor).

Para realizar a conquista do interior nordestino, os colonizadores usaram as estratégias da “guerra justa”, que repetia o mesmo conceito jurídico-teológico medieval da Guerra Santa, e as estratégias da conversão e da mistura. A da mistura foi a mais eficaz para encaminhar os povos indígenas do Nordeste ao desaparecimento (ARRUTI, 1995).

A Lei de Terras, como ficou conhecida a Lei 601 de 18 de setembro de 1850, é uma fonte de informação que, interpretada como convinha aos interesses regionais, culminaria com a negação da existência de indígenas no Nordeste, o que redundava a perda de direitos, com destaque para a perda da posse da terra. Nesse documento os governos provinciais declararam extintos os aldeamentos indígenas e incorporaram esses territórios aos limites dos municípios (OLIVEIRA, 2004).

Conforme Dantas, Sampaio e Carvalho (2006, p. 451), a partir da segunda metade do século XX, os povos indígenas aldeados passam a ser referidos como “índios misturados”, designação que os desqualifica e opõe aos idealizados “índios puros” do passado.

Entretanto, a partir da década de 1930, inicia-se o processo de emergência étnica dos povos indígenas do Nordeste (ARRUTI, 1995).

Os primeiros povos a obter o reconhecimento de sua indianidade pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), foram os Fulni-ô, de Pernambuco, certamente, em razão de esses indígenas guardarem sinais diacríticos mais evidentes em relação aos demais grupos indígenas da região (falam a sua língua, mantêm rituais particulares e restringem a absorção de novos elementos em sua comunidade). O reconhecimento dos Fulni-ô abriu o caminho para o reconhecimento de outras etnias, como os Pankararu, os Xukuru-Kariri, os Kambiwá, os Kariri-Xocó e os Potiguara (ARRUTI, 1995).

A emergência dos povos indígenas do Nordeste é fruto do movimento indígena que surgiu nos anos oitenta do século passado, período que correspondeu a um “momento de grande efervescência política no Brasil e em toda a América Latina” (GONDIM, 2009, p. 302), quando diversas categorias (negros, mulheres, homossexuais, dentre outras) mobilizavam-se para reivindicar seus direitos civis perante o Estado. Dentre essas categorias, os indígenas do Nordeste “romperam com mais de um século de silêncio, aparecendo perante o Estado e a sociedade civil para exigir direito ao reconhecimento étnico e aos seus territórios” (GONDIM, 2009, p. 302).

A Constituição de 1988, é uma fonte de informação que garantiu os direitos dos indígenas. Segundo Lima (2009), a afirmação das identidades indígenas emergentes está intimamente relacionada à descoberta dos direitos indígenas. Surge, então, “um processo de criação de sujeitos políticos, que se organizam através da mobilização de uma série de elementos da identidade comum e de caráter localizado, em vista da conquista de novos recursos, em particular, os de natureza territorial” (LIMA, 2009, p. 237).

Dentre os direitos garantidos pela Constituição de 1988 os povos indígenas tiveram direito a uma educação diferenciada, o que possibilitou a inclusão das línguas indígenas no currículo da Educação Indígena e favoreceu a publicação de muitos livros de autoria indígena, editadas em parceria com o Ministério da Educação. Esses livros são fontes de informação muito importantes porque elas apontam uma ruptura com o discurso do colonizador, demonstrando a incorporação de novos valores, ou seja, resignificando os valores preexistentes no discurso do colonizador.

Nesses livros, os indígenas utilizam, muitas vezes, o discurso do colonizador e negam tal discurso, contestando atributos que os desmerecem, como a preguiça ou a falta de religiosidade. Outras vezes, eles reproduzem o discurso colonial quando se mostram como

defensores da natureza. Através da linguagem, negociam uma identidade que difere das identidades aplicadas ou impostas pelos colonizadores (BAUMAN, 2005).

Conforme Bakhtin, “para cada indivíduo, todas as palavras se dividem nas suas próprias palavras e nas do outro, mas as fronteiras entre elas podem confundir-se, e nessas fronteiras desenvolve-se uma tensa luta dialógica” (BAKHTIN, 2010, p. 379-380).

Os conflitos sociais são históricos e, como aponta Liedke (2007, p. 161), “é no próprio processo conflituoso que se constituem os sujeitos sociais, o que possibilita a atualização e reconstrução de identidades culturais”.

Os indígenas estão articulando um espaço entre uma identidade imposta pelo elemento colonizador e uma nova identidade indígena que está se construindo no momento atual. Segundo Durigan e Guerra (2008, p. 150), "A identidade vai sendo tecida a partir da memória que emerge em determinados momentos, sempre lembrando que em cada emergência ocorre a produção de um novo sentido".

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes de informação sobre os povos indígenas, *corpus* desse estudo, constituem documentos estratégicos ou arquivos da memória social desses povos. Ao longo do tempo, essas fontes foram criando uma noção genérica e estereotipada dos povos indígenas, apontando-os como preguiçosos, selvagens, pervertidos, dentre outros adjetivos que os desqualificam. Entretanto, a partir de um novo momento histórico que garantiu direitos a diversas categorias tais como: negros, mulheres, homossexuais, dentre outras, e os indígenas obtiveram ganhos sociais, o que possibilitou a emergência de outras fontes de informação que (re)constróem a identidade indígena. São os contextos sociais que produzem as fontes de informação que definem os significados dos seus conteúdos.

A medida que veiculam informações sobre os povos indígenas as fontes (documentos) vão construindo a identidade indígena. As informações registradas nas fontes de informação (documentos) constituem uma narrativa que constrói e legitima as identidades indígenas.

O presente estudo configura-se como uma proposta de retificar as distorções do discurso hegemônico que constrói estereótipos que definem os indígenas como exóticos e primitivos e de traçar a representação de uma nova identidade indígena.

Conclui-se que as fontes de informação, além de sua dimensão material, possuem uma dimensão histórica, o que favorece a produção de sentidos através da linguagem e dos discursos e a construção da identidade e da memória indígenas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Correntes teóricas da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.38, n.3, p. 192-204, set./dez. 2009.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de organizações não-governamentais - ONGs brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v.6, n. 1, p.31-54, jan./jun. 2001.

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p.57-94, 1995.

BAKTHIN, Mikhail. M. **Estética da criação verbal**. 5.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BAKTHIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N.. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 13.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Esta é outra mesma história: os índios nos livros didáticos de História do Brasil In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.) **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 2000, p. 131-155.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOCCATO, Vera Regina Casari; GRACIOSO, Luciana de Souza (Orgs.) **Estudos de linguagem em Ciência da Informação**. Campinas: Alínea, 2011.

BONIN, Iara Tatiana. **E por falar em povos indígenas... Quais narrativas contam em práticas pedagógicas?** 2007. 220f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**.15.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. Catequese e colonização no discurso jesuítico. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.) **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 2000, p. 103-117.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L & PM, 2000.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luís Henrique. Estudos Culturais, Educação e Pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n.23, p. 36-61, maio/ago. 2003.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos índios no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.431- 456.

DURIGAN, Marlene; GUERRA, Vânia Maria Lescano. Entre o "Estatuto do Índio" e a "I Conferência Regional": o processo identitário do indígena de Mato Grosso do Sul. In: POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser (Orgs.) **Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2008.p. 133-158.

FERREIRA, Rubens da; COSTA, Érica Elaine. Compreendo a imigração espanhola no Pará (1896-1899): um estudo a partir das passagens grátis como fonte de informação. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 51-61, jan./abr. 2011.

FIORIN, José Luiz. Identidade e diferenças na construção dos espaços e atores do novo mundo. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.) **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 2000, p.27-49.

FREITAS, Lídia Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus: revista eletrônica em Ciências Humanas**, v.9, n. 14, p.58-73, 2012.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 17, n.1, p. 1-25, jan./jun. 2012.

GONDIM, Juliana Monteiro Corpo e ritual: práticas de cura e afirmação identitária nos Tremembé da Almofala. In: PALITOT, Estêvão Martins (Org.) **Na Mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p.301-319.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2009.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A descoberta do Brasil pela Amazônia: o relato de viagem de Gaspar de Carvajal. In:

BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.) **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: FAPESP: EDUSP, 2000, p.69-87.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LE COADIC, Yves-Francois. **A Ciência da Informação**. 2.ed. Brasília, D.F.: Briquet de Lemos, 2004.

LIEDKE, Alice Rubini. **Territorialidade e identidade potiguara: a atuação do Ministério Público Federal em contextos de lutas pelo reconhecimento dos direitos indígenas no Vale do Mamanguape, Litoral Norte, PB**. 2007.178f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa, 2007.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. As perambulações: etnicidade, memória e territorialidade indígena na Serra das Matas. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). **Na Mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza:Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009, p. 233-250.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, Campinas, v.10, n. 1, p. 87-96, jan./abr. 1998.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: UNESCO, Ministério da Educação, 2006.

MARCONDES, Carlos Henrique. Linguagem e documento: fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.15, n. 2, p.2-21, maio/ago.2010.

MELO, Fabio J. Dantas de; BRÄSCHER, Marisa. **Fundamentos da linguística para a formação do profissional da informação**. Brasília, D.F.: Centro Editorial, 2011.

MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, D.f.: Thesaurus, 2007. Cap. 6, p. 149-170.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga; RODRIGUES,Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 216-239, dez. 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.) **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

ORRICO, Evelyn. A memória da divulgação científica: um discurso informacional. **Morpheus: revista eletrônica em Ciências Humanas**, v.9, n. 14, p.114-130, 2012.

PAIVA, Eliane Bezerra. **Narrativas indígenas**: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013.199f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 73-102.